

As fazendas urbanas representam um avanço significativo na agricultura contemporânea, consistindo em plantações de vegetais, hortaliças ou frutas em ambientes urbanos, especialmente em grandes cidades e seus arredores. Este modelo de agricultura adota frequentemente estruturas verticalizadas, otimizando o espaço disponível.

O conceito de fazendas urbanas visa garantir a produção de alimentos de alta qualidade, em ambientes controlados e esterilizados, livres de pragas e com reduzida emissão de CO₂. Este enfoque tecnológico e controlado promete revolucionar a prática agrícola, oferecendo benefícios tanto para a saúde pública quanto para o meio ambiente.

Além disso, as fazendas urbanas têm o potencial de revitalizar áreas urbanas subutilizadas ou abandonadas, conferindo-lhes uma finalidade produtiva. Esta abordagem não apenas contribui para a melhoria da paisagem arquitetônica, mas também gera oportunidades de emprego local.

Um aspecto crucial das fazendas urbanas é sua capacidade de integrar práticas sustentáveis, incluindo a reciclagem de resíduos humanos e agrícolas para a produção de energia, como o metano. Este ciclo fechado de produção e reciclagem minimiza o impacto ambiental e reduz a dependência de recursos externos.

De acordo com Barthel, Parker e Ernstson (2015), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estabeleceu categorias para a agricultura urbana, incluindo fazendas comunitárias, comerciais, institucionais e jardins comunitários. Esta classificação proporciona uma base

estruturada para a compreensão e desenvolvimento contínuo deste setor emergente.



As fazendas urbanas têm emergido como uma solução inovadora para a produção de alimentos sustentáveis no Brasil, ganhando destaque em meio à crescente preocupação com a segurança alimentar e a necessidade de práticas agrícolas mais responsáveis.

A expansão das fazendas urbanas tem modificado significativamente a paisagem das cidades brasileiras, com um aumento notável nas operações de pequena escala, incluindo cultivos no solo, em telhados e terraços. Esta abordagem tem impacto global, beneficiando aproximadamente 810 milhões de pessoas em todo o mundo e proporcionando acesso a alimentos para comunidades de baixa renda.

Além de sua função primária de produção de alimentos, as fazendas urbanas também desempenham papéis multifacetados, servindo como espaços de lazer, relaxamento, educação ambiental e terapia. No Brasil, o BeGreen é um exemplo proeminente, pioneiro no estabelecimento de fazendas urbanas desde 2014 e atualmente reconhecido como referência em várias cidades do país.

A origem da ideia de fazendas urbanas remonta aos anos 1960, ligada ao movimento ambientalista e à busca por um estilo de vida mais natural e comunitário. Grupos como os Green Guerrillas dos EUA foram pioneiros nessa jornada rumo a um sistema de produção alimentar autossustentável, visando democratizar o acesso aos alimentos para toda a comunidade.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi estabelecido com base na Lei nº 11.346, de 17 de setembro de 2006,

consolidando-se como um marco importante para garantir a segurança alimentar no Brasil. Este sistema visa assegurar que todas as pessoas tenham acesso adequado a alimentos nutritivos em quantidade suficiente para suprir suas necessidades básicas.

De acordo com a definição da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a segurança alimentar é alcançada quando todos têm acesso físico, social, econômico a alimentos seguros e nutritivos. No contexto brasileiro, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) define segurança alimentar como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais.

Os bancos de alimentos desempenham um papel crucial no combate à fome e à insegurança alimentar, recolhendo doações de alimentos que de outra forma seriam desperdiçados ao longo da cadeia produtiva. Essas organizações sem fins lucrativos trabalham para redistribuir alimentos entre aqueles que mais necessitam, evitando o desperdício e promovendo o uso responsável dos recursos alimentares.

No Brasil, a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA), estabelecida pelo decreto nº 10.490 de 17 de setembro de 2020, unifica bancos de alimentos públicos e privados com o objetivo de fortalecer sua atuação conjunta. Os bancos de alimentos aderentes têm acesso a benefícios, como a isenção de ICMS em doações realizadas por doadores privados, incentivando a colaboração e ampliando o alcance dessas iniciativas.

No século XX, os países membros das Nações Unidas estabeleceram os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), delineando metas a serem alcançadas entre 2000 e 2015. Este período testemunhou progressos significativos na redução da pobreza global, no acesso à educação e à água potável, indicando avanços positivos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) surgiram como sucessores dos ODM durante a Conferência RIO+20, realizada em junho de 2012. Neste evento, os 193 países membros da ONU discutiram o conceito de desenvolvimento sustentável, visando atender às necessidades da geração atual sem comprometer as gerações futuras.

Os ODS constituem um plano abrangente composto por 17 objetivos globais a serem alcançados até 2030. Essa agenda visa promover o crescimento e a cooperação entre todos os países em prol da sustentabilidade, abordando questões fundamentais como erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, entre outros aspectos essenciais para o desenvolvimento humano e ambiental.



Figura 2 – 17 objetivos da ODS. Fonte: <https://icrh.com.br/voce-conhece-os-objetivos-de-desenvolvimentos-sustentaveis/>

O conceito de ESG, oriundo do inglês Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança), é uma ferramenta essencial para avaliar o desempenho de uma organização em termos de responsabilidade socioambiental e ética.

O pilar ambiental concentra-se nas práticas e políticas adotadas para a preservação do meio ambiente, incluindo a redução de emissões de gases de efeito estufa, a gestão eficiente dos recursos naturais e o combate à poluição. A adoção de práticas sustentáveis é crucial para minimizar os impactos negativos das empresas no meio ambiente e garantir a segurança do planeta.

O pilar social aborda as ações voltadas para o bem-estar das pessoas, como a promoção da diversidade e inclusão, o respeito aos direitos humanos, a segurança dos trabalhadores e a contribuição para as comunidades onde a empresa atua. Garantir um ambiente saudável, seguro e justo para os colaboradores é uma prioridade.

O pilar de governança envolve práticas de gestão, transparência e ética corporativa, assegurando uma estrutura de liderança responsável e uma cultura empresarial sólida. Isso inclui a implementação de políticas anticorrupção, a prestação de contas e a transparência nas operações. Uma boa governança promove a confiança dos investidores, a reputação da empresa e o desenvolvimento sustentável do negócio.

Empresas têm cada vez mais reconhecido a importância do ESG, pois além de contribuir para o meio ambiente, elas ganham a confiança dos investidores, dos clientes e criam valores compartilhados. O ESG é benéfico para a empresa e para a sociedade como um todo, contribuindo para um mundo mais sustentável, ético e justo. As empresas que adotam o ESG são vistas de forma positiva no mercado, garantindo um futuro melhor e agregando valor aos seus stakeholders.

Os critérios de ESG (Ambiental, Social e Governança) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm sido cada vez mais demandados por investidores e stakeholders como resposta aos desafios globais contemporâneos. Empresas que adotam práticas de ESG em suas operações têm maior probabilidade de contribuir para a realização dos princípios dos ODS.

A adesão a práticas responsáveis, como a redução de emissões de carbono e a conservação dos recursos naturais, está alinhada com ODS específicos, como o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e o ODS 15 (Vida Terrestre). Da mesma forma, ações focadas na promoção da igualdade de gênero e no fornecimento de condições de trabalho dignas, correspondentes ao ODS 5 (Igualdade de gênero) e ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), contribuem para a dimensão social dos pilares ESG.

A governança corporativa sólida e transparente desempenha um papel fundamental no avanço dos ODS, pois empresas bem geridas têm maior capacidade de investir em iniciativas sustentáveis e socialmente responsáveis. Além disso, são percebidas como mais resilientes e preparadas para enfrentar desafios futuros.

A integração de práticas de ESG e a busca pela realização dos ODS não apenas fortalecem a reputação das empresas no mercado, mas também

contribuem para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, alinhado com as necessidades atuais e futuras da sociedade e do planeta.

A 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), agendada para novembro de 2025 em Belém (PA), promete ser um evento de destaque, com a expectativa de atrair mais de 40 mil participantes, incluindo aproximadamente 7 mil membros da "família COP", representando equipes da ONU e delegações de países membros.

Para o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, a COP30 terá um significado singular, concentrando-se na importância da Amazônia no contexto brasileiro. Ele enfatiza a necessidade de discutir questões indígenas e compreender as realidades dos povos ribeirinhos.

O anúncio da COP30 intensifica os debates sobre mudanças climáticas em nível global, tradicionalmente centrados em estratégias de redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes de indústrias, sob a perspectiva do Norte Global. No entanto, com a realização da conferência em Belém, a Amazônia e as políticas de conservação e redução de emissões relacionadas à região ocuparão um papel central pela primeira vez. Além disso, será destacado o papel do Sul Global nas discussões climáticas, ampliando a perspectiva global sobre a questão.